

31 JUL 1985

Orçamento da União: Congresso quer propostas.

JORNAL DA TARDE

Até o final de agosto, o Congresso Nacional deverá estar recebendo a proposta de orçamento único para o País, discriminando as despesas do governo cobertas tanto pela arrecadação tributária (orçamento fiscal) como pela colocação de títulos e emissão de moeda (orçamento monetário).

Os estudos nesse sentido estão sendo realizados pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento e pelo Banco Central, segundo informou ontem o secretário-geral da Seplan, Andréa Calabi, ao final de uma longa reunião entre os representantes dessas duas pastas e do BC.

Calabi preferiu não falar em números. Entretanto, alguns técnicos do Ministério da Fazenda explicaram que este enviou à Seplan uma proposta no sentido de incluir aproximadamente Cr\$ 200 trilhões relativos a algumas despesas, atualmente cobertas pelo orçamento monetário, no orçamento da União (ou fiscal). Desta forma, o orçamento fiscal, cuja proposta preliminar já foi elaborada pela Seplan, cresceria para Cr\$ 521 trilhões. A proposta do orçamento fiscal típico prevê uma despesa de Cr\$ 321 trilhões. Caso

ocorra a união das duas despesas, o orçamento se tornará mais consolidado.

Segundo o secretário-geral da Seplan, os estudos ainda estão muito no início:

— Primeiramente, estamos estudando quais as despesas que são do orçamento fiscal, mas que recebem a cobertura do orçamento monetário. A idéia é de que o novo orçamento consiga trazer transparência para todos os gastos do governo. Ou seja, que de um lado estejam as despesas e, do outro, a fonte de recursos para cobri-las, mesmo que esta fonte seja a colocação de títulos públicos ou a emissão de moeda.

“Um dos objetivos da mudança, informou, é explicitar — do lado da receita — o montante de títulos que o governo terá de colocar no mercado para cobrir as suas despesas. Desta forma — assinalou — o Banco Central não seria forçado a emitir mais títulos para cobrir despesas imprevistas. Se o governo desejar aumentar esta colocação de títulos, terá de enviar uma mensagem ao Congresso fazendo essa solicitação.” Segundo Calabi, não existem obstáculos para a implementação dessas modificações.